

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 4.964, DE 2009

Autoriza as sociedades cooperativas de crédito a receber pagamentos de contribuições e tributos federais, estaduais e municipais.

**Autores:** Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME e Deputado DUARTE NOGUEIRA

**Relator:** Deputado MANOEL JUNIOR

#### I – RELATÓRIO

Cuida-se de projeto de lei, de autoria dos nobres Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Duarte Nogueira, que tem por fim autorizar as sociedades cooperativas de crédito a receber pagamentos de contribuições e tributos federais, estaduais e municipais.

Na Justificação, os autores afirmam que as sociedades cooperativas de crédito constituem-se entidades aptas a prestarem inúmeros serviços de natureza financeira e econômica a seus associados.

Além disso, os autores afirmam que o estímulo à atuação de tais associações pode servir à ampliação da competição no setor financeiro, reduzindo os custos das operações bancárias.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) aprovou a matéria, unanimemente, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Dr. Ubiali.

Por fim, a proposição tramitou pela Comissão de

\*CD162968861996\*

CD162968861996

Finanças e Tributação (CFT), que concluiu, unanimemente, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.964/2009, com Substitutivo, nos termos do parecer do relator, Deputado Ricardo Berzoini.

Segundo a CFT, a melhor forma de dispor sobre a matéria é alterando o art. 17 da Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964, que “institui no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação e dá outras providências”;

Em suma, o substitutivo proposto pela CFT:

a) retira do âmbito da aplicação da lei as esferas estadual e municipal, uma vez que não cabe à lei ordinária federal a autorização para a arrecadação de tributos de competência dos Estados e Municípios, devendo estes entes federados decidir pelo credenciamento das cooperativas de crédito.

b) alega que é conveniente que, ao invés de dispor sobre uma forma especial de contratação de cooperativas de crédito para a arrecadação de tributos e contribuições – mediante convênio –, simplesmente sejam as cooperativas de crédito incorporadas à legislação que permitiu à rede bancária atuar como arrecadadora.

c) assegura que o recebimento de pagamentos de tributos e contribuições pelas sociedades cooperativas de crédito ocorra nas mesmas condições observadas pelos atuais agentes arrecadadores, de modo a assegurar que não haja perda de receita ou aumento de despesa para a União;

d) acrescenta dispositivo que assegura às cooperativas de crédito a realização de operações de crédito consignado em folha de pagamento com seus cooperados, independentemente da negociação do processamento de folha de pagamento do empregador com outra instituição financeira.

\*CD162968861996\*

CD162968861996

Nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

## II – VOTO DO RELATOR

Em conformidade ao que dispõe o artigo 32, IV, “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa das proposições, que tramitam, em regime ordinário e estão sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD).

Trata-se de matéria pertinente à competência legislativa da União e às atribuições normativas do Congresso Nacional. Não havendo reserva de iniciativa sobre o tema, revela-se legítima sua apresentação por parte de parlamentar, de acordo com a competência geral prevista no art. 61, *caput*, do texto constitucional.

Em relação à constitucionalidade material, o projeto autoriza as sociedades cooperativas a receber o pagamento de contribuições e tributos federais, estaduais e municipais. Entretanto, conforme ressaltado no parecer da Comissão de Finanças e Tributação, não cabe à lei ordinária federal a autorização para a arrecadação de tributos de competência dos Estados e Municípios, devendo estes entes federados decidir pelo credenciamento das cooperativas de crédito.

Ressaltamos também o fato de que o vício supracitado foi devidamente sanado pelo substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 4.964/2009.

Quanto à juridicidade das proposições, assiste razão à Comissão de Finanças e Tributação ao afirmar que, ao invés de dispor sobre uma forma especial de contratação de cooperativas de crédito para a arrecadação de tributos e contribuições – mediante convênio –, simplesmente sejam as cooperativas de crédito incorporadas à legislação que permitiu à rede

\*CD162968861996\*

CD162968861996

bancária atuar como arrecadadora. A adoção de tal procedimento torna a legislação pátria mais una e coerente.

Quanto à técnica legislativa, nenhuma objeção a fazer

Feitas essas considerações, votamos pela **constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e redação do PL n.º 4.964, de 2009, nos termos do substitutivo** oferecido pela Comissão de Finanças e Tributação, que, por sua vez, é constitucional, jurídico e de boa técnica legislativa.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2016.

Deputado MANOEL JUNIOR  
Relator